

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Eduardo Leite: PSDB sem B vira...

O impressionante jogo do PSD para 2026

O próximo passo, que já vem sendo construído, é a filiação do governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel. Com isso, depois de ter levado Raquel Lyra, de Pernambuco e agora Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, o PSD de Gilberto Kassab terá rapelado definitivamente o PSDB. Com isso, depois de ter se tornado em 2024 o partido com maior número de prefeitos, o PSD

caminha para ser também aquele com o maior número de governadores. Uma das três maiores bancadas no Senado. Quarta maior na Câmara. Esse será o impressionante cacife que Kassab apresentará para o jogo eleitoral de 2026. Jogo em que marca triplo. Ou quádruplo. Enfim, jogo para ganhar sempre. O que quer que venha a acontecer, terá que passar pelo PSD.

Capilaridade

Uma adesão como Eduardo Leite na semana passada nunca é uma adesão solitária. Com ele, vai todo o grupo político que o apoia. Foi assim também com Raquel Lyra. Isso dará ao PSD, com seus números, uma imensa capilaridade como cacife para o jogo de 2026.

Competitivo

O PSD, assim, tem líderes competitivos em todos os estados brasileiros. Se não tiver candidato próprio, será impossível alguém vencer a eleição presidencial de 2026, seja desde o primeiro turno, seja no segundo turno, sem conversar e negociar com ele. E nos termos do PSD.



Kassab aposta em vitória com Tarcísio

Para ganhar em qualquer hipótese

E quando se fala em jogo triplo, ou quádruplo, os planos para 2026 englobam tudo. Da candidatura própria ao apoio à reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando por alternativas ao centro e à direita. Kassab tem dito mais recentemente que seguirá o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Repu-

blicanos), qualquer que seja o seu plano. Mas, de novo, há aí o cálculo pragmático. Kassab aposta que Tarcísio só vai abrir de uma reeleição quase certa como governador se vislumbrar ser muito forte a chance de ser presidente. Nos dois casos, o PSD sai ganhando. Curioso é como essa construção do PSD depena o PSDB.

Podemos

Ainda que se conclua a fusão do PSDB com o Podemos, a essa altura parece a união de dois partidos menores, que perderam a capacidade de expressão. E, no fundo, a fusão acabou sendo a justificativa para a saída de Eduardo Leite e outros. O PSDB perdeu mesmo o seu B...

Raposas

Entre 1945 e 1964, essa foi a garantia das velhas raposas pessedistas. Quando se compôs em 1960 a chapa de Jânio Quadros pela primeira vez sem elas, o quadro político degingolou. Um ano depois, Jânio renunciou. E o golpe militar aconteceu três anos mais tarde.

Estabilidade

O PSD vai, assim, dando mais um passo rumo à consolidação do seu projeto, espelhado no que era o antigo PSD pré-1964: ser o grande garantidor da estabilidade política. Que sustenta a governabilidade sem solavancos. Com quem se tem de beijar a mão.

MDB

Para virar o antigo PSD, porém, Kassab só precisa ainda ter seus próprios quadros na disputa. O velho PSD fazia seus arranjos a partir de seus próprios nomes, como Juscelino Kubitschek. Do contrário, acabará ficando mais parecido com o MDB mais recente.

Oposição tenta emplacar CPMI do INSS na semana

Especialista avalia que Alcolumbre pode postergar o pedido

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Em decorrência da polêmica quanto ao esquema de fraudes que desviou recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a oposição do governo no Congresso Nacional está cada vez mais próxima de instalar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso. Com as assinaturas necessárias (33 de senadores e 209 de deputados federais, superando o mínimo de 27 senadores e 171 deputados, a expectativa é que a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) protocole o pedido de criação da comissão nesta semana, com o retorno do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ao Brasil nesta quarta-feira (14).

Inicialmente, o pedido seria protocolado na semana passada. Porém, com a viagem de Alcolumbre para a Rússia e a China, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a entrega do pedido para apurar as denúncias de fraudes cometidas contra aposentados e pensionistas do INSS foi adiada.

Convite intencional

O convite do presidente da República para Alcolumbre acompanhá-lo em sua comitiva presidencial foi intencional. Assim como as negociações com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para não pautar a urgência do PL que concede anistia aos presos de 8 de janeiro de 2023, o presidente Lula usa a viagem para negociar agora Alcolumbre, para que o amapaense adie a implementação da comissão.

Ao Correio da Manhã, a Diretora de Relações Governamentais da BMJ Consultores Associados Ana Paula Abritta avalia que, “dada a proximidade entre Lula e Alcolumbre”, é possível que o presidente do Senado adie a leitura do requerimento que pede a criação da CPMI por um tempo. Ele, porém, “não poderá fazê-lo indefinidamente”.

Ela ainda pontuou que, in-



Lula tenta conseguir com Alcolumbre adiamento da CPMI do INSS

dependentemente do tempo que Alcolumbre consiga postergar a sessão, ele “enfrentará constrangimentos por parte da oposição, que provocará obstruções e comprometerá votações tanto no Senado quanto na Câmara, onde não tem controle”.

STF

A especialista cogita uma hipótese que pode parecer inusitada. A mesma oposição que o tempo critica o Supremo Tribunal Federal (STF) poderia recorrer à Corte exigindo o direito de instalar a comissão de inquérito. A Constituição e os regimentos da Câmara e do Senado determinam que comissões são um direito das minorias. Assim, obtidas as assinaturas necessárias, elas deveriam ser instaladas.

“Há alguns pontos a serem considerados. Primeiro, existe um entendimento entre os líderes e um interesse do governo em analisar as dezenas de vetos que estão parados, aguardando decisão. Portanto, mais cedo ou mais tarde, será necessário convocar e abrir uma sessão conjunta. Além disso, se a demora for excessiva, a oposição poderá recorrer ao STF [Supremo Tribunal Federal] para reivindicar o direito constitucional de realizar CPIs. A jurisprudência atual é favorável às minorias

nesse aspecto”, explicou Ana Paula Abritta.

Como exemplo, a CPI da Covid, no Senado, que investigou eventuais omissões do governo Jair Bolsonaro na pandemia, só foi instalada por determinação do Supremo. Antes disso, o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), postergava a instalação.

Estratégia

Assim, a analista política avalia que, para além de evitar a instalação, governo terá que adotar outras estratégias para minimizar um eventual desgaste. “A presidência deve ficar com a oposição autora do requerimento. Com isso, o governo terá que negociar um aliado do Centrão na relatoria. Tentar garantir o controle sobre as narrativas, trabalhando para que o esquema seja reconhecido como da gestão Bolsonaro e a investigação e ressarcimento dos idosos, fruto da gestão Lula”, ela pontuou.

No campo da investigação em si sobre o caso, o governo precisará convencer os partidos aliados “a indicar membros que estejam dispostos a apoiar a convocação de pessoas ligadas ao governo anterior”. E, para isso, ela avalia que é necessário liberar emendas parlamentares e cargos como moeda de troca – o que pode desencadear novas mudanças ministeriais.

Bets

Enquanto os parlamentares articulam uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, a CPI das Bets segue com os trabalhos e ouvirá novos depoimentos nesta semana. Nesta terça-feira (13), a comissão ouvirá o depoimento da influenciadora digital e apresentadora Virgínia Pimenta da Fonseca Serrão Costa. O requerimento do depoimento foi solicitado pela relatora da comissão, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). Ela alega que o depoimento é necessário devido à alta popularidade da apresentadora e seu vasto alcance virtual, que conta com mais de 53 milhões de seguidores em seu instagram e demais redes sociais.

“Como uma das maiores personalidades da internet no Brasil, Virgínia desempenha um papel central na promoção de marcas e serviços, incluindo campanhas publicitárias relacionadas a jogos de azar e apostas on-line”, disse a parlamentar.

Por se tratar de uma convocação, e não um convite, Virgínia é obrigada a comparecer na sessão e prestar depoimento, no qual ela deve responder questionamentos sobre as cláusulas de seus contratos com casas de apostas esportivas.

Governo apanha feio nas redes

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

As estratégias adotadas pelo Palácio do Planalto para conter a crise de imagem gerada pelo escândalo das fraudes contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não estão apresentando os resultados esperados. De acordo com o professor de marketing da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) Ricardo Poli, a atual gestão “ainda não entendeu o mecanismo da comunicação digital”.

Na visão de Poli, o governo deveria ter antecipado o vídeo viralizado pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) sobre o caso, já que era esperado que o parlamentar explorasse a situação, como fez quando deu a entender que a notícia falsa sobre uma suposta taxação do “Pix” poderia acontecer — que também gerou grande repercussão. No vídeo recente, que alcançou mais de 100 milhões de visualizações no Instagram em apenas 24 horas, o parlamentar classifica o escândalo do INSS como “o maior escândalo



Vídeo de Nikolas teve mais de 100 milhões de visualizações

da história” do país e defende a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o ocorrido.

“Dessa vez, ao contrário da questão do Pix, já era sabido que Nikolas ia fazer um vídeo, e o governo deveria estar preparado para isso. Os argumentos contra o que ele ia dizer já estavam postos, pois o

que ele ia falar também já era conhecido; bastava verificar na internet a narrativa criada pela oposição”, explicou o professor à reportagem.

Em resposta, o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), gravou um conteúdo acusando Nikolas Ferreira de

mentir, intercalando trechos da publicação original com sua própria versão dos fatos. Embora tenha atingido 392 mil visualizações, o número foi modesto em comparação ao impacto produzido pelo deputado mineiro. Ricardo Poli alertou também sobre o risco de rebater um vídeo já existente: “Falar sobre o opositor é promover o opositor”.

Estratégia

Na gravação, Lindbergh atribui a responsabilidade pelas fraudes à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), alinhando-se à postura da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e do Advogado-Geral da União, Jorge Messias. Essa tem sido a abordagem adotada até o momento: afirmar que, embora o incidente tenha sido descoberto no atual governo, ele é uma consequência direta das denúncias feitas pela atual gestão sobre as ações do governo anterior, destacando a eficácia das investigações e medidas de combate à corrupção.